

OPINIÃO

A pequena Europa

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
Professor universitário



Num célebre Conselho Europeu de fevereiro de 1988 foram definidas as regras atuais do orçamento comunitário. As mais importantes são duas: a) esse orçamento tem como limite máximo 1,27% do PIB da União Europeia (hoje fica-se em torno de 1%); b) o orçamento é gerado por complicadas contribuições nacionais e não incidindo diretamente sobre os cidadãos (IRS) e as empresas (IRC). Está em vigor uma máquina perversa e enganadora que divide os países em beneficiários (Portugal situa-se neste grupo) e contribuintes líquidos (a Alemanha e o pequeno clube dos países triplo A). Este mecanismo é perverso, porque afeta o princípio da igualdade dos Estados, estabelecendo uma hierarquia entre os que dão e os que estendem a mão. E é enganador porque cria a ilusão de que os benefícios reais que os países

usufruem com a presença na UE têm uma relação essencial com o orçamento. Na verdade, os países contribuintes líquidos recebem muito mais do que dão para o orçamento, através do simples funcionamento do mercado interno e da existência da moeda única. Hoje, se a política estivesse à altura dos desafios que a Europa enfrenta, não estaríamos a assistir à redução de um orçamento comum, já de si ridículo. Estaríamos a discutir a necessidade de aumentar substancialmente o orçamento europeu, para permitir que ele alimentasse políticas de desenvolvimento comum, em contraciclo com a austeridade reinante nos orçamentos nacionais. Estaríamos a tornar o orçamento mais transparente para os cidadãos, criando uma taxa universal comum do IRS e do IRC, para acabar de vez com a chantagem dos “contribuintes líquidos”. Mas os pequenos políticos que nos governam insistem em construir uma Europa pequena, à sua altura. Por este caminho, ela será tão pequena que até eles não caberão nela.